

Editorial

DISPARIDADE PERVERSA

Apesar da frágil melhora registrada pelo IBGE na semana passada, a lenta retomada do emprego, com cerca de 12 milhões de trabalhadores fora do mercado, aprofunda a desigualdade no país e torna os brasileiros alvos fáceis de boatos, como os que provocaram filas quilométricas em Niterói, na semana passada, atrás de uma vaga que simplesmente não existia. Estudo da FGV Social mostra que, em cerca de dois anos, mais 6,2 milhões de pessoas entraram em situação de pobreza, um grupo que já representa mais de 11% da população.

Há quase quatro anos, a disparidade não para de crescer, e o Brasil fica atrás de países como Guatemala e Ruanda no índice Gini, criado para medir essa desigualdade no desenvolvimento humano. De acordo com os pesquisadores da FGV, ao longo desse período, a renda da metade da população mais pobre caiu 17,1%, enquanto os ganhos do 1% mais rico

avançou 10,11%.

Um dos elementos que aprofundam esse fosso é a forma desigual como o mercado incorpora os trabalhadores. No segundo trimestre deste ano, das pessoas empregadas, 60,1% tinham concluído pelo menos o ensino médio, e 20,5% possuíam o superior completo. As pessoas sem qualquer instrução mal passavam de 2% da força de trabalho. E, atualmente, o Brasil ainda possui uma massa de 13,1 milhões de analfabetos.

Trata-se de uma situação perversa que tende a se perpetuar, pois, sem emprego, a pessoa não tem recursos para se instruir e capacitar. Sem educação formal, não consegue trabalho.

O enfrentamento do problema da desigualdade e da desocupação passa por medidas econômicas, sim, como a desburocratização, a eliminação de tributos e a simplificação da legislação. Mas, como os dados provam, têm que incluir obrigatoriamente a valorização da educação em todos os níveis e a ampliação dos investimentos em infraestrutura, capacitação de professores e abertura de escolas onde a população mais carente efetivamente precisa.